

Rio de Janeiro

MAIS SIMPLES

Arrecadação tributária nas alturas

Semana passada, o Secretário da Receita Federal anunciou mais um recorde de arrecadação da Receita. O volume apresentado de R\$ 372,5 bilhões (valor ajustado pelo IPCA), no ano de 2005, significou um crescimento de 5,65% em relação ao ano anterior.

Antes de adentrar no desempenho da Receita Federal, ou da carga tributária e da capacidade contributiva do povo brasileiro, é forçoso esmiuçar a composição da arrecadação, para compreender como se deu esse aumento. Primeiro, deve ser considerado o peso dos principais impostos e contribuições sobre o total da receita. Sob esse enfoque, verificamos que, em termos de volume, os que mais contribuíram para arrecadação também foram os que mais cresceram. O Imposto de Renda, que representa 26% do total arrecadado, cresceu 13%. A previdência social, que representa 23% do total, cresceu 8%.

Essa performance, associada ao principal crescimento de 20% da Contribuição Social sobre o Lucro, reflete os bons resultados das empresas, ao mesmo tempo que, ao não corrigir a tabela de imposto de renda, provocou um acréscimo automático na arrecadação, pois houve um aumento da massa salarial, sem que houvesse a atualização da tabela.

No que diz respeito à contribuição previdenciária, o acréscimo de 8% é reflexo do aumento da massa salarial, agregado ao volume do número de empregos gerados ao longo do ano.

Essa notícia trouxe novamente à tona a polêmica do peso da carga tributária, que já orbitava em 2004 em torno dos 36% do PIB. Alguns estudiosos da matéria tributária se arvoraram em projetar uma carga tributária entre 37,5% a 38% do PIB. O que é precipitado tendo em vista ainda não conhecer-

mos o PIB real.

É possível que boa parte da arrecadação seja fruto do desempenho da economia nacional durante o ano. Tenho escrito sobre o crescimento do PIB em 2005 face aos descompassos existentes entre as previsões e a realidade dos bons resultados das empresas nos mais diversos segmentos econômicos, além de outros indicadores importantes como geração de energia. Então, projetar percentual da carga tributária sobre o PIB nessa situação acredito ser temerário, ainda que tenha tido como base nas últimas previsões sobre o PIB.

A carga tributária no patamar de 36% já é absurdamente alta. Todos nós sabemos que se faz necessário estabelecer processos de redução da carga sem comprometimento do equilíbrio fiscal. É claro que é possível, mas enquanto não houver compreensão da função social do tributo por parte da arrecadação federal, não chegaremos a um patamar compatível com a capacidade contributiva da sociedade brasileira.

Não podemos perder de vista, ao mesmo tempo, que a arrecadação federal é apenas uma parte da fatia do bolo tributário. Ainda temos as arrecadações estaduais e municipais para compor o montante total.

O Governo federal argumenta que não houve aumento de alíquotas em 2005, ao contrário, no caso de bens de capital houve uma redução através da MP do Bem, entre outras medidas, o que é verdade. Entretanto, não foi por falta de tentativas, basta relembrarmos a MP 232 que acabou rechaçada pela sociedade.

Temos que estar atentos e cobrar o compromisso de redução, que sabemos não se faz do dia para a noite, mas é preciso começar já para não sufocar cada vez mais o já tão maltratado contribuinte.

Nelson Rocha

CONSELHEIRO DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Portal: www.maissimples.org.br / e-mail: nelsonrocha@maissimples.org.br